



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Filosofia

A METAFÍSICA DAS IDENTIDADES NO PROBLEMA MENTE - CORPO

LUCAS MAGNO DOS SANTOS JORGE

Brasília
2023

LUCAS MAGNO DOS SANTOS JORGE

A METAFÍSICA DAS IDENTIDADES NO PROBLEMA MENTE - CORPO

Trabalho de monografia apresentado ao Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de licenciatura em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Costa-Leite

Brasília

2023

Dedico este trabalho à vida: a todas as
possibilidades que se iniciam quando
somos lançados ao mundo.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para o sucesso desta monografia.

Primeiramente, expresso minha profunda gratidão ao meu amigo e orientador, Dr. Alexandre Costa-Leite, pelo suporte e incentivo. Sua humildade e clareza de raciocínio me inspiram.

Agradeço aos professores Dr. Marcos Aurélio, por ter me iniciado na pesquisa científica e ter sido muito atencioso sempre que precisei de suporte, e ao professor Dr. André Leclerc por ter me apresentado problemas metafísicos que me empolgam. Vocês também me inspiram e foram importantes na descoberta das minhas aptidões dentro da filosofia. Agradeço também ao doutorando da Universidade de Brasília (UnB), Antônio Dantas, pelas conversas filosóficas e por ter lido atentamente esse trabalho e feito valiosas sugestões.

À minha mãe, Eliene Alves dos Santos, agradeço por ter ousado sonhar; e ao meu pai, Magno Geraldo Jorge, e ao meu tio, Reginaldo Alves de Barros, por terem tornado possíveis alguns sonhos.

Não posso deixar de agradecer a minha namorada, Vitória Karoliny Moreira Santino, que pacientemente sempre me apoia e ajuda a fazer planos, ao meu amigo Lucas Pereira Nascimento, pelo apoio e por sempre estar por perto quando eu preciso “organizar a cabeça”, e a minha psicanalista, Jória Cristian, que conhece os bastidores dessa e de outras histórias. Vocês foram, sem dúvidas, essenciais, em tudo o que precedeu qualquer possibilidade de escrever esse trabalho.

Por fim, agradeço a todos os que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, me inspirando, incentivando e apoiando ao longo da vida. Este é um marco importante, e agradeço a todos que, de alguma maneira, fizeram parte desta conquista.

Obrigado a todos que tornaram possível a conclusão deste trabalho. Que este seja apenas mais um início.

“Zézim, ninguém te ensinará os caminhos
Ninguém me ensinará os caminhos
Ninguém nunca me ensinou caminho nenhum
Nem a você, suspeito

Avanço às cegas
Não há caminhos a serem ensinados
Nem aprendidos
Na verdade, não há caminhos

Me lembrei de uns versos de um poeta peruano
Será Vallejo? Não estou certo
Caminante, no hay camino
Pero el camino se hace al andar”
Caio Fernando Abreu

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar os pressupostos teóricos e as implicações metafísicas do argumento antimaterialista de Kripke. O trabalho analisa as premissas e a conclusão do argumento, desse modo, analisa o princípio da identidade necessária, a intuição dualista de Kripke e a impossibilidade da identidade psicofísica. Trata-se de uma reflexão sobre o problema metafísico da relação mente-corpo a partir da relação linguagem-mundo estabelecida por meio de designadores rígidos.

Palavras-chave: Identidade, necessidade, antimaterialismo, possibilidade.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the theoretical assumptions and metaphysical implications of Kripke's antimaterialist argument. The work analyzes the premises and conclusion of the argument, thus analyzing the principle of necessary identity, Kripke's dualist intuition and the impossibility of psychophysical identity. This is a reflection on the metaphysical problem of the mind-body relationship based on the language-world relationship established through rigid designators.

Key-words: Identity; necessity; antimaterialism; possibility.

SUMÁRIO

Introdução.....	7
1. Capítulo 1: As afirmações de identidade e o princípio da identidade necessária.....	12
1.1. As afirmações materialistas de identidade.....	12
1.2. O princípio da identidade necessária.....	14
1.3. Identidade transmudana e designação rígida.....	15
2. Capítulo 2: As intuições dualistas na análise das afirmações de identidade.....	21
2.1. A identificação materialista do calor com a agitação molecular.....	21
2.2. A identificação materialista da dor com o estímulo de fibras C.....	24
3. Capítulo 3: A impossibilidade lógica da identidade psicofísica e a possibilidade lógica de objetos fictícios.....	29
3.1. Dois tipos de propriedades essenciais do ente humano.....	29
3.2. A impossibilidade da identidade psicofísica e a interação entre a imaginação, a concepção e a possibilidade de objetos fictícios.....	31
3.3. Imaginação, concepção e possibilidade no argumento antimaterialista de Kripke.....	31
3.4. A possibilidade lógica de objetos fictícios e a falha da superveniência lógica.....	35
3.5. A possibilidade lógica de objetos fictícios e a concepção de um ente humano.....	39
4. Conclusão.....	40
5. Referências.....	41

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo investigar os fundamentos metafísicos da posição antimaterialista defendida por Saul Kripke (1940 - 2022) em oposição à tese materialista da identidade mente-cérebro. O conceito central desta investigação é a noção de identidade. Kripke defende que toda identidade é necessária e, partindo desse princípio, ele argumenta que a identidade mente-cérebro é impossível. Os materialistas da tese da identidade psicofísica defenderam que a identidade mente-cérebro é contingente, mas se aceitarmos o princípio da identidade necessária de Kripke, então identidades contingentes são ilusões metafísicas. Contingências não satisfazem os critérios da identidade formulada por Kripke e identidades contingentes não compõem a ontologia defendida por ele.

Investigaremos a noção de identidade a partir das questões levantadas por Saul Kripke em “O nomear e a necessidade” (2012) e “Identity and Necessity” (2011). Nesses textos de Kripke serão investigados o princípio da necessidade da identidade e a noção de identidade necessária *a posteriori*, tendo em vista a oposição entre o modo de conceber identidade de Kripke e o modo de concepção da primeira onda materialista da tese da identidade (Cf. Armstrong, 2022). Delimita-se o presente estudo na metafísica da identidade, isto é, nas relações entre identidade, necessidade e contingência; e nas implicações que essas relações têm: materialismo e antimaterialismo. Desse modo, noções lógicas e epistemológicas serão elucidadas nessa pesquisa somente quando forem pertinentes para a investigação ontológica/metafísica. Noções como *a priori*, *a posteriori* e a analiticidade serão abordadas nesta investigação à medida em que forem úteis para elucidar o conceito de identidade em Kripke e a distinção entre a noção de identidade necessária e identidade contingente.

David M. Armstrong¹, juntamente com J.J.C. Smart², H. Feigl³ e Ullin T. Place⁴ são nomes marcantes do que podemos chamar de uma primeira onda da teoria da identidade mente-cérebro (identidade psicofísica). Eles foram responsáveis pelas primeiras formulações de uma teoria materialista da mente e defendem a tese de que a mente é o cérebro. Esses filósofos defendem que identificações teóricas como

¹ cf. Armstrong, D. M; Anstey, P, 2022.

² cf. Smart, J; Jamieson, C., 1956.

³ cf. Feigl, H., 1958.

⁴ cf. Place, U.T., 1999.

“água é H₂O” também podem ser descobertas pelas neurociências para noções mentais (ex.: “dor é excitação de fibras nervosas do tipo C”). O domínio do mental pode, segundo eles, ser reduzido a algo material, de modo que não temos, nem somos, duas coisas, mas apenas uma.

Em 1968, David M. Armstrong publicou a primeira edição do livro “*A Materialist Theory of the Mind*”. O objetivo dele era mostrar que não existiam boas razões filosóficas para negar que processos mentais são processos puramente físicos no sistema nervoso central e, conseqüentemente, o ser humano não é nada mais que um objeto material. No entanto, em 1970, Kripke parece ter apresentado boas razões filosóficas, em seu “*Naming and Necessity*”, para não aceitarmos a tese materialista.

A tese materialista da identidade psicofísica pode ser formulada em três versões relativamente independentes que pressupõem uma formulação inicial dos termos substância, *type* e *token*. De acordo com Armstrong (Cf. 2023, p.9) “uma substância nada mais é do que uma coisa logicamente capaz de existência independente”. Desse modo, a identidade de substâncias materialista equivale a dizer que a substância que tem atributos mentais e satisfaz a frase aberta “x está a pensar no Ser” é a substância que tem atributos físicos e satisfaz a frase aberta “x tem 1,8 m de altura”. Algo completamente oposto ao dualismo de substâncias de Descartes, segundo o qual há uma substância pensante, uma *res cogitans*, cuja existência é independente da *res extensa*, isto é, da substância extensa. Para um materialista como Armstrong, o pensamento e a extensão são atributos de uma substância material, de uma existência objetiva: do corpo.

Os atributos, também chamados de propriedades, podem ser analisados enquanto *types* (tipos) ou enquanto *tokens* (exemplares, ocorrências). Os *types* são modelos, padrões abstratos, que podem ser instanciados por diferentes indivíduos ou por um mesmo indivíduo em momentos diferentes. Os *tokens* são a ocorrência concreta de um modelo. Por exemplo, a dor é um tipo de estado mental, instanciado por diferentes pessoas em diferentes momentos; mas a dor “x” que uma pessoa sente num dado momento “t” é um *token*, um evento particular irrepetível.

A partir dessa distinção, podemos formular a tese materialista enquanto identidade “tipo-tipo” (*type-identity*) ou no modo de uma identidade “espécime-espécime” (*token-identity*) (Cf. Leclerc, 2018, p.75). O primeiro caso, versão adotada por J.J.C. Smart, pode ser formulado como: “um tipo mental (*type*)

ou propriedade mental (sentir dor, ou bem-estar etc.) é idêntico a um tipo neuronal ou propriedade do cérebro (ter tal grupo de neurônios disparando, produzir tal neurotransmissor etc.)” (Cf. Leclerc, 2018, p.76). Nesse caso, há uma tentativa de redução do mental ao físico, de modo que possamos dizer o mental por meio de descrições objetivas da matéria. Pois, o mental é postulado como uma ilusão metafísica do que é, no fim das contas, uma existência puramente material a ser provada pela neurofisiologia.

A segunda formulação, adotada por Donald Davidson (Cf. 1980, p. 107 - 119), consiste apenas em afirmar que um certo evento mental particular é idêntico a um certo evento neuronal particular. Algo como dizer que “x é brasileiro” é idêntico a “x nasceu no Brasil ou adquiriu cidadania brasileira”. Mas no caso de uma teoria da mente seria o mesmo que dizer que em um instante “t”, “x está feliz” equivale a dizer que “x está disparando tais e tais neurônios”. Essa versão da tese materialista não vislumbra reduzir as propriedades mentais às propriedades neuronais. Trata-se, assim, apenas de uma identidade de predicados, do reconhecimento de dois modos de dizer o mesmo evento particular.

A tese materialista da identidade psicofísica de substâncias equivale a dizer que a coisa humana é uma só coisa material, não havendo algo imaterial no humano que sobreviva à morte material. Ou seja, ela é a tese anticartesiana por excelência, a tese segundo a qual a *res cogitans* e a *res extensa* são indiscerníveis. Sendo assim, há uma só coisa e o que há possui propriedades. A identidade materialista tipo-tipo entre estados mentais e físicos equivale a afirmar que há uma substância, o objeto material humano, que embora aparente possuir dois tipos de propriedades, mentais e físicas, possui apenas propriedades físicas. Ou seja, a tese da identidade psicofísica tipo-tipo nega um dualismo de propriedades. A tese da identidade espécime-espécime é uma versão mais fraca da tese materialista, pois equivale a dizer apenas que alguns eventos mentais particulares e alguns eventos físicos particulares são indiscerníveis.

Kripke (2012) se posicionou contra a tese materialista em todas as suas versões, embora tenha dado mais atenção à identidade “tipo-tipo”. A noção de identidade formulada por ele afirma o princípio da indiscernibilidade dos idênticos, também conhecida como Lei de Leibniz. Essa lei diz que sendo x e y duas variáveis, se x e y são idênticos, então as propriedades P de x são propriedades de y: $(1) \forall x \forall y [(x=y) \rightarrow (Px \leftrightarrow Py)]$. O que equivale a dizer que x e y são coisas distintas

quando x tem pelo menos uma propriedade P que y não tem, ou y tem pelo menos uma propriedade P que x não tem (discernibilidade dos diferentes). Kripke também pressupõe em sua formulação da identidade que uma coisa x é sempre igual a ela mesma, em todas as situações em que x ocorre: (2) $\forall x [\Box(x = x)]$. Ou seja, então é necessário que x seja igual a ele mesmo.

Tendo (1) e (2) como premissas, podemos concluir, como fez Kripke (2011), que toda identidade é necessária: $\forall x \forall y [(x=y) \rightarrow \Box(x = y)]$. Precisaremos analisar detalhadamente a defesa que Kripke faz da necessidade da identidade, pois essa concepção de identidade será tida como princípio no seu argumento antimaterialista, o princípio da identidade necessária. De acordo com esse princípio, afirmações verdadeiras de identidade do tipo “x é y” são necessariamente verdadeiras. Ou seja, “x é y” é verdade em todos os mundos possíveis, isto é, em todas as situações factuais e contrafactuais em que x e y existirem, x e y são indiscerníveis.

Kripke (2012) observa que nas afirmações de identidade as variáveis x e y podem ser substituídas por nomes próprios como “Héspero” e “Fósforo”, por exemplo. Desse modo, se for o caso de “Héspero é Fósforo” ser uma asserção verdadeira, então podemos dizer que “Héspero” e “Fósforo” são nomes diferentes para uma mesma coisa. Para Kripke (2012), nomes são designadores rígidos e nomear significa designar rigidamente. Um designador rígido se refere a um mesmo objeto em todos os mundos em que esse objeto exista. A noção de designação rígida é pressuposta no modo como Kripke concebe o princípio da identidade necessária, pois esse princípio só se aplica a afirmações de identidade entre designadores rígidos.

Kripke (2012) argumenta que se a mente é o cérebro, conforme a tese materialista, sendo “mente” e “cérebro” designadores rígidos, então eles são necessariamente idênticos, de modo que “mente” e “cérebro” nomeiam uma coisa só. O que significa dizer que mente e cérebro são indiscerníveis em todos os mundos possíveis. Mas, o cérebro poderia existir sem a mente, o cérebro de um cadáver existe sem uma mente (Cf. Kripke, 2012, p.216), ou seja, mente e cérebro podem ser discerníveis, logo a mente não é o cérebro. Se aceitarmos o modo como Kripke concebe a identidade, teremos de lidar com um modo antimaterialista de pensar.

Os materialistas admitem que no caso dos cadáveres podemos discernir cérebro e mente, mas eles pensam a identidade como contingência. Se existirem

identidades contingentes, então a possibilidade de o corpo existir sem a mente não impossibilita a identidade psicofísica. No entanto, as correspondências de caráter contingente que os materialistas fazem entre estados mentais e estados físicos não são identidades de acordo com Kripke, pois afirmações de identidade corretamente formuladas impossibilitam a identidade mente-corpo.

Temos, portanto, dois modos divergentes de conceber a identidade e eles nos apontam caminhos teóricos irreconciliáveis. A posição antimaterialista de Kripke articula ideias a respeito da identidade, da necessidade, da contingência, dos designadores rígidos e não rígidos e das identificações teóricas descobertas pela ciência. Embora Kripke não formule uma teoria antimaterialista, as articulações feitas pela posição antimaterialista dele sugerem uma ontologia essencialista e dualista. Essencialista, porque o princípio da identidade necessária concebe a identidade como uma propriedade intrínseca do que existe; e, desse modo, tudo o que existe é necessariamente idêntico a si mesmo. E, dualista, porque ele assume a intuição dualista de que a existência do corpo é independente da existência da mente. Mas um dualismo em Kripke precisa ser formulado num sentido não cartesiano⁵, pois Kripke defende a tese da essencialidade da origem (incompatível com o dualismo cartesiano), segundo a qual uma pessoa não poderia ter se originado de um espermatozóide e de um óvulo diferentes daqueles em que efetivamente teve origem.

Diante das considerações feitas até aqui, prosseguiremos com a investigação dos fundamentos metafísicos do problema mente-corpo procedendo da seguinte forma:

1. No primeiro capítulo abordaremos o princípio da identidade necessária, a primeira premissa do argumento de Kripke, em oposição às identidades materialistas;
2. No segundo capítulo analisaremos a intuição dualista de Kripke, a segunda premissa do argumento dele, compartilhada com os materialistas e com Descartes, mas no contexto de arranjos teóricos diferentes;
3. No terceiro capítulo analisaremos a conclusão do argumento de Kripke, isto é, a impossibilidade da identidade psicofísica e suas implicações metafísicas para o problema mente-corpo. Analisaremos também algumas críticas ao argumento modal de Kripke.

⁵ cf. DESCARTES, R. *Meditações sobre Filosofia Primeira*, 2004.

CAPÍTULO 1: AS AFIRMAÇÕES DE IDENTIDADE E O PRINCÍPIO DA IDENTIDADE NECESSÁRIA

Iniciaremos a análise dos pressupostos do argumento antimaterialista de Kripke pelo princípio da identidade necessária, a primeira premissa do argumento. A identidade necessária será pensada a partir da relação linguagem-mundo. Desse modo, interessa-nos a formulação lógica, em lógica clássica de primeira ordem, das afirmações de identidade e o modo como essas afirmações se referem a objetos e fatos do mundo. Para entendermos a relação linguagem-mundo pressuposta pelo argumento de Kripke, precisaremos analisar a noção de designação rígida.

1.1. As afirmações materialistas de identidade

Que é isto que chamamos humano? Uma resposta possível para essa pergunta seria: um objeto material. Muitas objeções a essa forma de resposta podem surgir de sentimentos religiosos ou de um modo tradicional de pensar que frequentemente aparta a mente humana do mundo físico. O objeto humano é capaz de pensar, sentir, desejar; e essas capacidades foram, muitas vezes, ao longo da história da humanidade atribuídas a um componente imaterial (não-físico) do humano (a alma, o espírito, a mente). Mas, se não houver um componente não-físico do humano, então há muito a se descobrir sobre a matéria e sobre as capacidades ainda obscuras da matéria de produzir propriedades ou eventos mentais, isto é, pensamentos, sentimentos, desejos, sensações etc.

A relação entre isso que chamamos “mente” com o mundo físico é ainda bastante misteriosa. Mas, uma tentativa de resposta amplamente aceita, foi a de que a mente é o cérebro (ou, de modo mais amplo, o sistema nervoso central). Essa forma de responder é uma afirmação de identidade, ou seja, uma afirmação do tipo “x é y” ($x = y$), em que x e y são variáveis que no caso aqui analisado são instanciadas, respectivamente, pela mente e pelo cérebro (ou, o sistema nervoso central). Desse modo, precisamos analisar cuidadosamente o que significam as afirmações de identidade.

As afirmações de identidade, quando cuidadosamente analisadas, são bem enigmáticas, visto que a relação de identidade gera muitas confusões difíceis de serem dissipadas. Mas, Kripke (2012) desenvolveu ferramentas teóricas para lidar

com a questão de saber o que significa dizer que “x é y” e faremos a aplicação delas na nossa análise da relação mente-corpo.

Os defensores da tese da identidade da relação mente-corpo, a quem Kripke (2012) se dirigiu, estavam comprometidos com a ideia de que uma descrição física do mundo é uma descrição completa, pois tudo o que há é físico. Para isso, de acordo com a análise de Kripke (2012), eles deveriam se comprometer com: (1) a ideia de uma redução explicativa: os fenômenos mentais não precisam de categorias gramaticais particulares para serem descritos, pois o mental pode ser explicado a partir das categorias aplicadas aos fenômenos físicos; (2) a ideia de uma ontologia fisicista: o mundo é composto por fatos físicos, tudo o que há é físico e, sendo assim, fatos mentais e fatos físicos existem numa relação de identidade, i.e., numa relação reflexiva, simétrica, transitiva e necessária, que só pode ser mantida enquanto relação de uma coisa com ela mesma.

No entanto, ao pensarem em identidades contingentes, os materialistas geram uma confusão conceitual, descrevendo uma correlação entre o mental e o físico que não equivale a dizer que o mental e o físico são uma só coisa, uma só existência, como eles pretendiam. Kripke (2012) aponta que o erro dos materialistas é chamar essa correlação de identidade, pois que tais correlações contingentes existem é um consenso entre dualistas e materialistas, mas ele discorda da concepção segundo a qual correlações contingentes são casos especiais de identidade (Cf. Kripke, 2012, p.221 - 222).

Kripke (2012) entende que a perspectiva defendida pelos materialistas da tese identitativa se compromete com três tipos de identificações: (a) a de uma pessoa com o seu corpo; (b) a de uma sensação particular (ou acontecimento ou estado mental particular) com um estado cerebral particular (*token-identity*); e (c) a de tipos de estados mentais particulares com tipos de estados físicos particulares (*type-identity*).

No entanto, os materialistas da teoria da identidade da relação mente-corpo não formularam a relação mente-corpo enquanto reflexiva, simétrica, transitiva e necessária. Eles pensaram numa relação reflexiva, simétrica, transitiva e contingente, o que para Kripke é uma noção contraditória e, portanto, equivocada do que seria uma relação de identidade. As identidades são concebidas por Kripke (2012) sempre no modo de uma necessidade: toda identidade é necessária (princípio da necessidade da identidade). Sendo assim, Kripke (2012) se dedica na

sua análise das afirmações de identidade a indicar que as identidades contingentes afirmadas pelos materialistas são identidades aparentes, ou seja, falsas identidades. Ou, elas são identidades verdadeiras cuja contingência é mera aparência (falsa contingência).

1.2. O princípio da identidade necessária

A noção de identidade necessária defendida por Kripke (2012), e aplicada por ele na análise da relação estabelecida entre propriedades mentais e propriedades físicas, é derivada da noção intuitiva de que uma coisa é sempre igual a ela mesma e do princípio da indiscernibilidade dos idênticos (Lei de Leibniz). Desse modo: a identidade é, para todo x , uma relação Rxx , isto é, uma relação da coisa com ela mesma; e, para todo x e para todo y , uma relação Rxy tal que $Rxy \rightarrow (Fx \rightarrow Fy)$ (Cf. Noonan, H; Curtis, B., 2022). No entanto, para entendermos a aplicação que Kripke faz da noção de identidade em seu argumento antimaterialista, precisamos pensar no modo de ser da identidade, isto é, nas modalidades a ela aplicada.

A definição de identidade enquanto relação que uma coisa mantém consigo mesma e nada mais pressupõe que, uma propriedade fundamental dos objetos x é a de ser igual a x , isto é, igual a si mesmo ($x = x$). De modo que “ $x = x$ ” é sempre uma asserção verdadeira sobre qualquer objeto x . Logo, “ $x = x$ ” é propriedade de x no modo de uma necessidade: $\forall x \Box (x = x)$.

De acordo com a Lei de Leibniz, para todo x e para todo y , se x e y são idênticos, então não há propriedade de x que não seja propriedade de y (Cf. Kripke, 2011) :

$$1. \quad \forall x \forall y [(x = y) \rightarrow (Px \rightarrow Py)].$$

E, a propriedade de ser idêntica a si mesma é verdadeira para qualquer variável x :

$$2. \quad \forall x [\Box (x = x)].$$

Logo, se todas as propriedades de x são propriedades de y e ser igual a x é uma propriedade necessária de x , então ser igual a x é também propriedade necessária de y :

$$3. \quad \forall x \forall y [(x = y) \rightarrow (\Box (x = x) \rightarrow \Box (x = y))], \text{ sendo esta uma instanciação da Lei de Leibniz.}$$

Ou seja, se aceitarmos as premissas desse raciocínio, teremos de concluir que toda identidade é necessária, pois segue-se necessariamente de 2 e 3 que se x é igual a y , então x é necessariamente igual a y :

$$4. \quad \forall x \forall y [(x=y) \rightarrow \Box(x = y)].$$

Sendo “a” e “b” designadores rígidos, respectivamente, da mente e do cérebro, o argumento antimaterialista de Kripke pode ser formulado como o seguinte *modus tollens*:

P1: $(a = b) \rightarrow \Box(a = b)$, sendo P1 uma instanciação do princípio da identidade necessária.

P2: $\neg \Box(a = b)$, pois é metafisicamente possível que o corpo exista sem a mente, o que significa que o corpo é pode ser discernido da mente, logo $a \neq b$. A possibilidade de $a \neq b$ equivale a negação da necessidade de $a = b$, isto é, P2 é a negação do consequente de P1, e P2 é uma intuição forte aceita por materialistas e dualistas.

C: $\neg(a = b)$, sendo $\neg(a = b)$ equivalente a $a \neq b$. Ou seja, mente e corpo são discerníveis, logo, não são idênticos.

Kripke (2012) aplicou a noção de identidade necessária como um princípio em seu argumento antimaterialista na análise das identificações materialistas entre tipos, identidade tipo-tipo, e entre espécimes, identidade espécime-espécime (*type-identities* e *token-identities*, respectivamente). Em ambos os casos de análise da relação mente-corpo é possível conceber situações em que x não é y ($x \neq y$). Tendo em vista que a possibilidade de diferença entre x e y é suficiente para invalidar as afirmações identidade psicofísica, pois a possibilidade lógica de não- p é a negação da necessidade lógica de p , conclui-se que as identidades psicofísicas entre tipos e entre espécimes são falsas. Consequentemente, a identificação substancial entre mente e corpo é falsa: o objeto humano não é um objeto material, ele não é redutível às suas propriedades físicas, a pessoa humana não é o corpo humano. Em outras palavras, Kripke concluiu que uma ontologia de fatos físicos não é suficiente para explicar a existência de um ente capaz de pensar, sentir, desejar.

Antes de chegarmos à conclusão ontológica de Kripke, precisamos inicialmente saber como definir identidade e quais critérios usar para julgar a identidade ou diferença entre variáveis x e y , e entre objetos (abstratos ou concretos) a e b . Para uma formulação *a priori* da noção de identidade, nós partimos do princípio da indiscernibilidade dos idênticos (Lei de Leibniz). E, para uma formulação

a *posteriori*, que se aplique aos objetos e fatos do mundo, precisamos analisar a relação linguagem-mundo representada pela noção de designação rígida.

1.3. Identidade transmundana e designação rígida

A relação de identidade é uma relação de equivalência, o que significa dizer que ela é uma relação reflexiva: $\forall x (x = x)$; simétrica: $\forall x \forall y (x = y \rightarrow y = x)$; e transitiva: $\forall x \forall y \forall z ((x = y \wedge y = z) \rightarrow x = z)$. Podemos pensar a noção de identidade a partir da distinção entre identidade qualitativa e identidade numérica (Cf. Noonan, H; Curtis, B., 2022). A noção de identidade qualitativa expressa a ideia de compartilhamento de propriedades e nos permite pensar que as coisas podem ser mais ou menos idênticas conforme a quantidade de propriedades compartilhadas (Cf. Noonan, H; Curtis, B., 2022). Por exemplo, dois cachorros de raças diferentes são qualitativamente idênticos por serem cachorros, ou seja, por serem de uma mesma espécie natural delimitada por um conjunto específico de propriedades (o conjunto dos animais). Mas dois cachorros da mesma raça são ainda mais qualitativamente idênticos por serem cachorros e por serem da mesma raça. Isto é, eles são cachorros ainda mais qualitativamente idênticos, porque compartilham de uma conjunção maior de propriedades; de uma conjunção mais específica, mais delimitadora e, portanto, uma conjunção que os insere num subconjunto do conjunto dos animais. A absoluta, ou total, identidade qualitativa é a identidade numérica. O compartilhamento total de propriedades entre x e y delimita um subconjunto muito específico: o subconjunto de propriedades de um indivíduo, ou seja, das propriedades instanciadas por somente um objeto particular.

Uma coisa só pode ser numericamente idêntica a ela mesma e é essa a concepção de identidade que nos interessa. A noção de identidade que está em jogo no argumento antimaterialista de Kripke é uma noção numérica de identidade, i.e., que nos permite quantificar coisas, pois a relação de identidade é a mais simples das relações de equivalência, por ser a relação que todas as coisas têm consigo mesma e com nada mais.

O princípio da indiscernibilidade dos idênticos estabelece uma relação lógica entre objetos (abstratos ou concretos) a partir das propriedades possuídas por eles. Os objetos possuem propriedades e a equivalência numérica das propriedades está contida na noção de identidade. No entanto, a indiscernibilidade pode se dar de

modo contingente, por exemplo, entre dois átomos de hidrogênio indiferenciáveis a partir de suas propriedades num dado momento t_0 , mas que se torne diferenciável num outro momento t_1 .

Mas Kripke assume que a identidade dos objetos com eles mesmos em todas as situações possíveis é uma propriedade necessária de todos os objetos. E, segue-se disso que, a identidade só pode ser no modo de uma necessidade. Ela é uma propriedade necessária das coisas, do que há. Tudo o que existe é necessariamente igual a si mesmo e toda identidade é instanciada por um objeto existente, por uma existência.

Os objetos particulares possuem propriedades necessárias (essenciais) e contingentes (acidentais) que nós identificamos por meio dos sentidos. Essas propriedades muitas vezes são utilizadas para fixar a referência dos nomes próprios que atribuímos aos objetos particulares. No entanto, não devemos, segundo a perspectiva defendida por Kripke (2012), identificar o objeto particular com o conjunto de suas propriedades, nem com o subconjunto de suas propriedades essenciais. O objeto tem propriedades, ele é composto por elas, mas a relação de “ter propriedades” não deve ser confundida com a relação de “ser idêntico às propriedades”.

A perspectiva que Kripke (2012) assume na análise das afirmações de identidade sobre objetos particulares é a de que a linguagem pode se referir aos objetos do mundo sem uma representação mental intermediária. Em outras palavras, certos termos da linguagem, como os nomes próprios genuínos, possuem denotação, mas não possuem conotação. Ou seja, podemos nos referir aos objetos do mundo sem ter em mente um conceito, um sentido fregeano. Essa referência direta é possível por meio dos designadores rígidos.

Um designador rígido é uma palavra ou conjunto de palavras que designa o mesmo objeto em todos os mundos possíveis e nunca designa um outro objeto. Trata-se de um conceito técnico em filosofia da linguagem, com consequências metafísicas e epistemológicas (Cf. LaPorte, 2022) . A questão de saber se os designadores de uma asserção são rígidos ou não-rígidos é fundamental para determinarmos se a asserção é necessariamente verdadeira, necessariamente falsa, ou contingente.

A noção de identidade transmudana, isto é, de identidade ao longo dos mundos possíveis, é a noção de que um objeto existe em mais do que um mundo

possível (sendo o mundo atual um dos mundos possíveis). Essa noção é utilizada por Kripke na sua interpretação do discurso sobre necessidades e possibilidades (discurso modal). As propriedades necessárias de um objeto ocorrem em todos os mundos possíveis em que o objeto existe. Já as propriedades contingentes de um objeto compõem o objeto em alguns mundos possíveis, mas não em todos. A identidade é um exemplo de propriedade necessária dos objetos, pois um objeto é idêntico a si mesmo em todos os mundos possíveis e toda identidade é uma relação dos objeto com ele mesmo - é isso o que significamos ao dizer que todas as identidades são necessárias.

Para entendermos o argumento antimaterialista de Kripke (2012), precisamos distinguir e dissociar o *status* metafísico (necessário, contingente) do *status* epistemológico das asserções (*a priori*, *a posteriori*). Muitos erros foram cometidos na interpretação das afirmações de identidade pela confusão tradicionalmente feita entre necessidade e aprioridade. Na filosofia analítica anterior aos argumentos de Kripke em *Naming and Necessity*, entendia-se que verdades necessárias eram sempre analíticas, ou seja, necessárias e *a priori*, não podendo haver verdades necessárias *a posteriori*. No entanto, na perspectiva defendida por Kripke, a referência direta, por meio dos designadores rígidos, nos permite descobrir verdades necessárias sobre o mundo. Essa descoberta pode ser *a priori* ou *a posteriori*. O modo metafísico das afirmações de identidade não determina o modo epistêmico (e nem o inverso).

Sendo assim, uma afirmação de identidade em que os dois designadores são rígidos, se for verdadeira, é verdadeira em todos os mundos possíveis, isto é, é necessariamente verdadeira, mesmo que não seja uma afirmação *a priori*. Por exemplo, conforme indicado por Kripke (2012), “Héspero é idêntico à Fósforo” ($H = F$), é uma afirmação de identidade verdadeira, mas essa é uma descoberta *a posteriori*, de modo que “Héspero” (H) é o nome dado a um corpo celeste observado à tarde por um certo grupo de observadores; e “Fósforo” (F) é o nome dado a um corpo celeste observado de manhã pelo mesmo grupo de observadores. A descoberta de que Héspero é Fósforo, de que os nomes “Héspero” e “Fósforo” são nomes próprios para um mesmo objeto (denotam um mesmo objeto), é uma descoberta impossível de ser feita apenas por operações da razão (*a priori*). Portanto, trata-se de uma verdade necessária *a posteriori*.

“Héspero é Fósforo” é uma afirmação necessariamente verdadeira porque “Héspero” e “Fósforo” são designadores rígidos. Ou seja, os dois designadores se referem a um só objeto, Vênus, em todos os mundos possíveis em que Vênus exista. Sabe-se *a priori* que Vênus = Vênus (1) e *a posteriori* que Héspero = Vênus e Fósforo = Vênus. Logo, Héspero = Fósforo (2). O *status* metafísico de (1) e (2) é o mesmo: necessidade metafísica; mesmo que o *status* epistêmico de (1) e (2) seja diferente.

A afirmação “Héspero = o objeto não lunar mais brilhante no céu noturno” pode ser verdadeira, no entanto, não se trata de uma afirmação necessariamente verdadeira. A descrição “o objeto não lunar mais brilhante no céu noturno” não designa o mesmo objeto em todos os mundos possíveis, ela designa Héspero no mundo atual. Embora Héspero seja o objeto não lunar mais brilhante no céu noturno no mundo atual, poderia ser o caso de Héspero ser mais escuro ou haver outro corpo não lunar no céu ainda mais brilhante que Héspero. Essas possibilidades indicam que a verdade da afirmação analisada não se aplica a todos os mundos possíveis, logo, trata-se de uma verdade contingente.

A rigidez de um designador não implica a existência necessária de um objeto designado. Tendo isso em mente, LaPorte (2022) apresenta dois sentidos para a rigidez dos designadores rígidos: (1) um designador rígido designa o mesmo objeto em todos os mundos possíveis em que o objeto exista e a designação falha nos mundos em que não há o objeto, ou seja, ele não designa um objeto nos mundos em que o objeto não exista; e, (2) um designador designa o mesmo objeto em todos os mundos possíveis, até mesmo nos que o objeto não exista, ou seja, um designador rígido pode designar objetos não existentes.

Uma afirmação de identidade entre designadores rígidos (ex. Héspero = Fósforo) é necessariamente verdadeira. Mas podemos pensar em dois sentidos possíveis de necessidade relacionados ao sentido de rigidez que adotarmos. As afirmações de identidade entre designadores rígidos são necessárias num sentido mais “fraco” quando pensamos a rigidez no sentido (1) do que quando pensamos no sentido (2). Tendo isso em mente, podemos afirmar que as afirmações de identidade entre designadores rígidos são necessariamente verdadeiras, pelo menos no sentido “fraco” (Cf. LaPorte, 2022). Kripke argumentou que quando as afirmações de identidade são feitas entre designadores rígidos a afirmação de identidade é necessariamente verdadeira.

As afirmações necessariamente verdadeiras não precisam ser conhecidas *a priori*, ao contrário do que se costumava pensar. Ou seja, as verdades necessárias não precisam ser verdades analíticas. Kripke estabeleceu uma distinção fundamental para a análise das identidades, entre o modo de ser delas e o modo de conhecê-las. As identidades são relações necessárias, mas identidades podem ser descobertas *a priori* como se faz na matemática, ou *a posteriori*, como fazem as ciências empíricas. Se um objeto é idêntico a si mesmo, então ele é necessariamente idêntico a si mesmo, independente do modo de descoberta da identidade. O mesmo vale para a diferença: se for descoberto, *a priori* ou *a posteriori*, que um objeto é diferente de um outro objeto, então eles são necessariamente diferentes um do outro.

A descoberta de necessidades *a posteriori* pressupõe uma relação linguagem-mundo em que a linguagem seleciona objetos singulares (individuais) no mundo de um modo fixo. Para entendermos como Kripke estabelece essa relação linguagem mundo precisamos analisar o uso que Kripke faz da noção de mundo possível na sua interpretação do discurso modal sobre as identidades. Além disso, precisaremos analisar cuidadosamente o emprego da noção de designação rígida que ele faz em seu discurso sobre as identidades necessárias.

CAPÍTULO 2: AS INTUIÇÕES DUALISTAS NA ANÁLISE DAS AFIRMAÇÕES MATERIALISTAS DE IDENTIDADE

Analisaremos neste capítulo a intuição dualista de Kripke, a segunda premissa do argumento antimaterialista dele, no contexto das identidades concebidas enquanto propriedades necessárias das coisas. A intuição dualista de Kripke é afirmada a partir da perspectiva da designação rígida. Isto é, da perspectiva segundo a qual certos termos da linguagem podem se referir a um mesmo objeto em todas as situações possíveis, o que nos permite pensar em modalidades *de re*.

Kripke avalia duas identificações teóricas com a qual os materialistas se comprometem: (1) a identificação do calor com o movimento de moléculas; e (2) a identificação da dor com o estímulo de fibras C. A análise dessas identificações se dá em três níveis: o epistêmico, o lógico e o metafísico. Objetiva-se nessas análises a dissolução de confusões conceituais envolvendo a ideia de identidade. Muitas confusões podem ser solucionadas pela distinção entre os modos de conhecer (*a priori*, *a posteriori*) dos modos de ser (necessidade e contingência); e pela distinção entre analiticidade e necessidade, tendo em vista que as afirmações de identidade são sempre necessárias, mas nem sempre analíticas.

2.1. A identificação materialista do calor com a agitação molecular

Sabemos *a priori* que toda afirmação de identidade verdadeira é necessariamente verdadeira, i. e., são afirmações verdadeiras em todos os mundos possíveis - essa é uma verdade analítica, ou seja, necessária e *a priori*. Desse modo, sabe-se analiticamente que se “o calor é o movimento de moléculas” é uma identificação verdadeira, ela é necessariamente verdadeira. Segue-se que se a afirmação for verdadeira, o calor não existe quando não há movimentação molecular. Mas como podemos saber se o calor é ou não idêntico ao fenômeno físico da agitação molecular? Se o calor coexiste ou não com o fenômeno físico?

Uma afirmação dessa natureza, se verdadeira, expressa uma necessidade *a posteriori*: o conhecimento, obtido empiricamente, de uma realidade necessária das coisas (de uma essência). A identidade do calor com o movimento molecular pressupõe uma investigação científica capaz de descobrir algo essencial sobre as

coisas. Por isso, se a identificação for verdadeira, então uma necessidade *de re* é conhecida por meio de investigações científicas, o que significa uma perspectiva que aproxima a investigação empírica das ciências e a investigação das verdades metafísicas.

Tendo em vista a carga de implicações teóricas decorrentes da afirmação de identidade em análise, passemos a análise do enunciado “o calor é a movimentação das moléculas de um sistema físico”. O calor é algo que identificamos pelos sentidos, mais especificamente pela sensação de calor gerada em nós quando estamos em contato com ele. A referência do nome “calor” é fixada a partir do fato de o calor gerar em nós uma sensação de calor. Sendo este o acesso imediato que temos a ele, podemos concebê-lo, inicialmente, a partir da sensação provocada por ele. Essa seria uma fixação de referência a partir de algo interno ao observador (uma sensação), mas a referência do nome “calor” poderia ser fixada a partir de propriedades do mundo externo ao observador: uma pessoa incapaz de sentir o calor, por exemplo, poderia detectá-lo por algum instrumento (termômetro, calorímetro) e concebê-lo de modo diferente.

O termo calor não significa, de acordo com Kripke (2012), “o que quer que seja que dá estas sensações às pessoas”. Ele salienta que as pessoas poderiam não ser sensíveis ao calor, mas isso não impediria o calor de continuar a existir no mundo exterior. Ou seja, poderia ser o caso de haver calor sem que houvesse a sensação de calor. Além disso, é concebível que a sensação de calor poderia ser causada, devido às diferenças fisiológicas logicamente possíveis das terminações nervosas de uma pessoa, por algo diferente de calor, por exemplo, raios de luz. Se fosse esse o caso, então a “sensação de calor” estaria designando, não rigidamente, a luz e não o calor.

Podemos então observar que o termo “sensação de calor” se refere a coisas diferentes em mundos possíveis diferentes. A afirmação “o calor é a sensação de calor” poderia expressar uma verdade contingente sobre o mundo atual, dada a estrutura neural que temos no mundo atual e a capacidade dela de reagir a presença do calor produzindo em nós sensação de calor. Mas, a existência de seres conscientes com a estrutura neural que temos é contingente. Podemos imaginar um mundo possível em que existiriam seres conscientes com outra estrutura neural e

eles poderiam ter a sensação de calor gerada por algo que não fosse calor. Ou seja, poderia ser o caso de haver sensação de calor desassociada do calor. Desse modo, ao afirmar que “o calor é a sensação de calor” expressamos algo que se assemelha a uma identidade contingente. No entanto, sabemos *a priori* que identidades contingentes não existem. Logo, podemos dizer que a identificação do calor com a sensação de calor é uma identificação aparente resultante da situação epistêmica de acesso ao calor que temos no mundo atual. Seria, desse modo, um erro de observação conceber o calor como idêntico a sensação que ele produz em nós.

A propriedade do calor de gerar em nós o que chamamos de “sensação de calor” é uma propriedade contingente dele. Ela nos permite fixar a referência do nome “calor” no mundo atual. Mas, uma vez fixada a referência, podemos designar o calor por “calor” em todos os mundos possíveis, mesmo nos que o calor não gera sensação de calor. Se fosse o caso de, num mundo possível, a “sensação de calor” ser gerada em nós por um feixe de fótons (luz), não seria o caso de o calor não ser calor e ser luz. Seria o caso de um mundo em que estaríamos numa situação epistêmica diferente, na qual fixaríamos a referência do nome “luz” a partir das mesmas sensações características que utilizamos no mundo atual para fixar a referência do nome “calor”.

Nós nos encontramos numa situação epistêmica em que não podemos saber *a priori* que fenômeno físico gera a sensação de calor. Mas podemos descobrir *a posteriori*, pela investigação científica, que não pode ser o caso de haver calor sem haver movimento molecular. Ou seja, a afirmação de identidade “o calor é o movimento molecular” expressa a descoberta de uma necessidade *a posteriori*. A identificação nos dá acesso à natureza do fenômeno, a uma propriedade essencial do fenômeno.

Os termos “calor” e “movimento molecular” designam rigidamente um só fenômeno físico. A relação do nome “calor” com o fenômeno calor é de referência direta, ou seja, há denotação e não há conotação. No entanto, a fixação da referência do nome pode ser mediada pela sensação que o fenômeno físico causa em nós e que denominamos “sensação de calor”. A expressão “sensação de calor” designa de modo não rígido uma propriedade do fenômeno calor. Descobre-se empiricamente, pela observação cotidiana da não coexistência dos fenômenos em

algumas situações possíveis, a relação contingente da sensação de calor com o calor. Mas, uma vez detectada a contingência da relação do ente com a sua propriedade, a referência do nome “calor” já está fixada, o que leva a questão de saber o que é o calor se não é a sensação de calor. A observação criteriosa da investigação científica permite detectar que “calor” e “movimentação molecular” designam rigidamente a mesma coisa em todos os mundos possíveis. Logo, a investigação científica nos permite detectar a necessidade da relação de equivalência do calor com a movimentação molecular, isto é, nos permite detectar a identidade numérica do fenômeno.

2.2. A identificação materialista da dor com o estímulo de fibras C

Os defensores da tese identitativa da relação mente-corpo afirmavam que a dor é o estímulo de fibras C, ou seja, que há uma identificação entre um tipo de estado mental (a dor) e um tipo de estado físico (a estimulação de fibras C). A análise que Kripke (2012) fez dessa identificação considera que “dor” e “fibras C” são designadores rígidos. Desse modo, se “a dor é idêntica a estimulação de fibras C” for uma asserção verdadeira, então ela é necessariamente verdadeira. Se a identificação for comprovada verdadeira, os materialistas conseguem, de modo análogo ao caso do calor, reduzir um fenômeno aparentemente mental a um fenômeno físico. No entanto, a relação da dor com o estímulo de fibras C não é análoga ao do calor com o movimento molecular.

A identificação teórica entre calor e movimento molecular se encaixa nos critérios de identificação enquanto relação de necessidade. A aparente contingência da relação se dissolve quando diferenciamos a situação epistêmica usual pela qual usualmente fixamos a referência do termo “calor” do estado de coisas denotado. A sensação que geralmente atribuímos ao calor no mundo atual poderia ser atribuída a outro fenômeno em outros mundos possíveis. Ou seja, uma situação epistêmica qualitativamente idêntica poderia ser o caso, mas gerada por um fenômeno físico que não fosse o calor. Mas não poderia haver calor sem movimento molecular. Logo, o calor é necessariamente movimento molecular, independente da sensação que possa ou não gerar nos seres sencientes. A sensação de calor pode ou não estar associada ao fenômeno calor, mas o calor é essencialmente movimento molecular.

No caso do calor podemos proceder de modo análogo, partindo da situação epistêmica na qual conhecemos o fenômeno dor. Fixamos a referência do nome “dor” a partir da situação epistêmica da sensação de dor. Desse modo, sabemos pela experiência cotidiana que no mundo atual dor e sensação de dor são fenômenos relacionados. Resta saber se é possível conceber uma situação possível em que a dor existe sem estar relacionada a sensação de dor ou que a sensação de dor existe sem estar relacionada à dor. Se dor e sensação de dor coexistirem em todos os mundos possíveis, então a relação entre elas é necessária. Mas se a dor for necessariamente a sensação de dor, não será possível a redução materialista, pois sensações não são entidades físicas.

Os defensores da tese da identidade defenderam a relação de identidade contingente entre dor e estímulo de fibras C. No entanto, sabemos *a priori* que identidades contingentes não são logicamente possíveis. Sabemos *a posteriori* que a dor está de fato relacionada ao estímulo de fibras C no mundo atual, mas não de modo necessário, pois poderia ser o caso de, em um outro mundo possível, fibras C não existirem, mas ainda assim haver dor. Quando pensamos em mundos possíveis, podemos conceber uma espécie senciente, cujo sistema nervoso não comporta fibras C, capaz de experimentar a sensação de dor. No entanto, não podemos conceber uma situação possível em que a sensação de dor dessa espécie hipotética não seja dor.

Em outras palavras, “sensação de dor” e “dor” denotam uma mesma coisa e essa coisa pode ou não estar associada ao estímulo de fibras C. O estímulo de fibras C é um fenômeno físico contingentemente relacionado ao fenômeno dor, mas na análise da noção de dor não conseguimos explicar a dor sem denotar a experiência de uma sensação. Isso ocorre porque ser uma sensação (um fenômeno mental) é propriedade necessária da dor, de modo que a situação epistêmica da sensação de dor é necessariamente uma situação de acesso ao fenômeno dor, independente do fenômeno físico contingentemente relacionado. A dor é um fenômeno que existe no observador e só existe se houver um ser senciente que o conheça na experiência consciente de uma sensação.

Essa perspectiva é uma perspectiva antimaterialista e dualista, pois sugere que existam entidades denominadas “sensações” cuja existência não possa ser

reduzida a um fenômeno físico, mas que possam ser entendidos como fenômenos não físicos. As sensações não podem ser encontradas no mundo físico. Elas existem apenas enquanto experiência consciente. Se algo como uma sensação de dor não pode ser identificado como algo físico, então a tese materialista da identidade mente-corpo falha enquanto defesa de uma ontologia fisicista que explique todos os fenômenos. As noções de mente e mental servem para se referir ao que supostamente não é físico no ser humano, não é redutível ao mundo físico. Nem tudo o que cotidianamente chamamos de mental é irreduzível ao mundo físico, mas as experiências conscientes, como as sensações, são extremamente resistentes a qualquer redução materialista (Cf. Chalmers, 1996).

A dificuldade da redução materialista das sensações consiste na dificuldade de se negar a seguinte intuição dualista (Cf. Kripke, 2012, p. 217-218):

1. Existe uma sensação de dor particular que podemos chamar de “A”.
2. Existe um estado cerebral correspondente que podemos chamar de “B”, um estado que os defensores da tese identitativa querem identificar com A.
3. *Prima facie*, B poderia ter existido sem A. O exemplo dado por Kripke (2012) é o de que o cérebro de Jones poderia ter estado exatamente no estado B sem que Jones sentisse qualquer dor, ou seja, sem que a sensação de dor A existisse.

O que está por trás desse modo de pensar é que a relação de B e A é uma relação contingente, pois B existe de modo independente da existência de A. B poderia existir sem A, então B e A não são uma só coisa, mas sim duas existências diferentes.

Kripke (2012) observa que os materialistas da tese identitativa não negaram a intuição dualista de que “B poderia existir sem a presença de A”, mas essa intuição é incompatível com a tentativa de redução materialista. Para Kripke (2012), o defensor da tese identitativa não pode defender a possibilidade de B existir sem A sem cair na contradição de afirmar a diferença $B \neq A$ e afirmar a igualdade $B = A$. Pois, se B existe sem A em algum mundo possível, então B instancia, em um mundo possível, a propriedade de existir sem que A a instancie. Ou seja, a relação de B e A é contingente. Logo, de acordo com o princípio da identidade necessária das identidades com designadores rígidos, é impossível que B seja idêntico a A. Para

Kripke, os defensores da tese identitativa precisariam mostrar que a intuição dualista (cartesiana) está errada se quiserem defender a identidade mente-cérebro. Ou seja, precisariam mostrar que a possibilidade lógica da existência do cérebro sem a mente é meramente aparente.

Os defensores da tese da identidade mente - cérebro não podem alegar que B de fato pode existir sem A, mas que ser uma dor é uma propriedade contingente de A, logo a possibilidade de B existir sem dor não implica a presença de B sem A. Pois, se assim procedessem, teriam que afirmar algo ainda mais contraintuitivo: que ser uma dor não é uma propriedade necessária de toda dor. No entanto, na perspectiva de Kripke são casos evidentes de essência que:

1. Ser uma sensação de dor é uma propriedade necessária (essencial) de toda dor, logo, se uma dor existe, então ela é uma sensação de dor;
2. Ser um estado cerebral específico é uma propriedade necessária (essencial) de todo estado cerebral, logo se um estado cerebral existe, então ele é um estado cerebral específico, i.e., uma configuração de células cerebrais específicas;
3. A dor A existe, logo ser uma sensação de dor é uma propriedade essencial de A;
4. O estado cerebral B existe, logo ser uma configuração de células cerebrais específicas é uma propriedade essencial de B.

Desse modo, se $A = B$, então a identidade de A com B é necessária, não podendo haver propriedade essencial de B que não seja propriedade essencial de A. Para Kripke (2012), o defensor da tese identitativa tem como tarefa explicar que a intuição dualista é uma ilusão. Ou seja, eles precisam explicar que a presença correlativa de A quando há B e de B quando há A não é mera contingência, mas sim um caso de necessidade. Eles precisam defender que a sensação de dor é propriedade essencial de uma configuração específica de células cerebrais.

Alguns filósofos (por exemplo, Donald Davidson) não se comprometeram com afirmações de identidade entre tipos de estados cerebrais com tipos de estados mentais, mas se comprometeram com a identidade de certas ocorrências (identidade espécime - espécime). Por exemplo, alguns filósofos aceitaram a identidade de sensações particulares com estados cerebrais particulares e negaram

a possibilidade de identidade entre tipos de estados mentais e físicos. No entanto, esses filósofos não escapam da difícil tarefa de terem que defender que a ocorrência de um estado cerebral B num instante t é necessariamente a ocorrência de um estado A correspondente no mesmo instante t. E que a possibilidade lógica de B existir sem A em t é mera aparência.

CAPÍTULO 3: A IMPOSSIBILIDADE LÓGICA DA IDENTIDADE PSICOFÍSICA E A POSSIBILIDADE LÓGICA DE OBJETOS FICTÍCIOS

Neste capítulo analisaremos a conclusão ontológica do argumento antimaterialista de Kripke, isto é, a impossibilidade da identidade psicofísica e suas implicações metafísicas para o problema mente-corpo.

3.1. Dois tipos de propriedades essenciais do ente humano

A tentativa materialista de reduzir o mental ao físico fracassa quando pensamos nos fenômenos mentais que chamamos de “sensações”. As sensações são fenômenos conhecidos em primeira pessoa por observadores conscientes, em situações epistêmicas imediatas. Elas servem como mediadoras do nosso conhecimento dos entes físicos, ou seja, o conhecimento das propriedades físicas do mundo é mediado pela experiência, por propriedades experienciais, do observador. As propriedades físicas existem no mundo, independente da existência de observadores conscientes, e as sensações existem na experiência consciente de observadores que também fazem parte do mundo.

Quando analisamos a relação entre sensação de calor e calor, sendo “sensação de calor” e “calor” designadores rígidos, descobrimos que: (1) o conhecimento do calor é contingentemente mediado no mundo atual pela sensação de calor; e o (2) o calor é necessariamente movimentação molecular. Descobrimos, desse modo, que o calor é um fenômeno físico que pode ou não estar associado às sensações de calor, mas resta saber, então, o que são essas coisas denotadas por “sensações de calor”. No caso do fenômeno da dor descobrimos que (3) a coisa denotada por “dor” é necessariamente a mesma coisa denotada por “sensação de dor” e (4) a relação da dor com o estímulo de fibras C é uma contingência do mundo atual. Ou seja, existem fenômenos que denominamos “sensação de calor” e “sensação de dor” que se relacionam contingentemente com os fenômenos físicos da movimentação molecular e do estímulo de fibras C.

Afirmar a contingência da relação entre sensação de calor e movimento molecular significa afirmar a possibilidade lógica de a sensação de calor existir sem estar relacionada ao movimento molecular ou de o movimento molecular existir sem que a sensação de calor exista. Logo, significa afirmar que a relação entre os

fenômenos não satisfaz o critério de necessidade lógica das identidades, pois é logicamente possível que a sensação de calor e o movimento molecular co-existam em alguns mundos possíveis, mas não em outros.

O calor é essencialmente um fenômeno físico, porque ele é o movimento molecular em todos os mundos possíveis. A dor, por outro lado, é essencialmente uma sensação, a sensação de dor, em todos os mundos possíveis; e a relação dela com o fenômeno físico do estímulo de fibras C é uma possibilidade lógica em alguns mundos possíveis, incluindo o atual, mas não em todos. Se a dor é essencialmente sensação de dor e coisas como sensações não são fenômenos físicos, então há no mundo algo não-físico que os seres humanos conhecem na experiência consciente do mundo.

O ente humano é a coisa que tem sensações de calor e de dor e também tem um corpo. Ou seja, por ter um corpo, ele instancia propriedades físicas que podem ser explicadas a partir de uma ontologia fisicista, mas por ter sensações, ele instancia propriedades até então irreduzíveis ao mundo físico. Ele instancia propriedades que não seguem logicamente a estrutura física do corpo. Logo, o objeto humano é algo mais que um objeto material, ele é um objeto psicofísico, de modo que uma descrição completa da estrutura física do corpo não é suficiente para descrever o ente humano. As propriedades físicas do objeto humano se correlacionam com as propriedades psíquicas dele, mas não no modo de uma identidade psicofísica.

Dizer que na perspectiva aqui analisada o ser humano é entendido como um ente psicofísico equivale a dizer que há no mundo um certo dualismo, mas que certamente não se trata de um dualismo cartesiano. Kripke defende a ideia de que uma pessoa não poderia ter surgido de um espermatozóide e de um óvulo diferentes daqueles em que efetivamente teve origem. Ou seja, cada indivíduo humano tem uma origem física essencial, de modo que não poderia ser possível o mesmo ser humano surgir em outro mundo possível a partir de outra conjuntura celular inicial. Desse modo, Kripke não pensa o ser humano como algo essencialmente mental, uma *res cogitans*, mas sim como um objeto que não é puramente físico, nem puramente psíquico (algo como uma consciência que poderia ser humana mesmo que não houvesse um corpo). Isto é, o ser humano é algo entre o zumbi (objeto

puramente físico) e o fantasma (objeto puramente psíquico), sendo necessariamente distinguível dessas duas entidades logicamente possíveis. A identidade pessoal humana, desse modo, se mantém no mundo natural, onde mente e corpo se relacionam de um modo misterioso na configuração de entes humanos.

3.2. A impossibilidade da identidade psicofísica e a interação entre a imaginação, a concepção e a possibilidade de objetos fictícios

O argumento antimaterialista de Kripke pressupõe uma interação entre imaginação, concepção e possibilidade, de modo que tudo o que é imaginável é concebível, e tudo o que é concebível é possível. Desse modo, precisamos pensar nas noções de imaginação, concepção e possibilidade num contexto teórico em que essas noções se relacionem. Para isso, faremos uso da perspectiva segundo a qual imaginação e concepção são tipos de possibilidade lógica enfraquecidas (Cf. Costa-Leite, 2010).

Desse modo, assumiremos que existem dois tipos básicos de possibilidade: a possibilidade empírica e a possibilidade lógica. A possibilidade empírica depende de um contexto *X*, que pode ser dado pelas ciências empíricas, o que nos permite pensar em possibilidade física, possibilidade biológica (Cf. Costa-Leite, 2010). Mas para além das limitações contextuais, inerentes à investigação científica do mundo, podemos pensar nas possibilidades lógicas, a forma mais ampla de possibilidade, a partir da qual podemos pensar em objetos fictícios. Ao afirmar possibilidades lógicas, podemos pensar em objetos tais como “zumbis”⁶ e “fantasmas”⁷, que são objetos impossíveis no mundo atual, mas que ainda assim não significam contradição lógica alguma e, por isso, são logicamente possíveis.

3.3. Imaginação, concepção e possibilidade no argumento antimaterialista de Kripke

O argumento antimaterialista de Kripke é um argumento modal, pois as noções modais de necessidade e possibilidade desempenham um papel chave no argumento que segue o seguinte raciocínio:

1. Toda identidade entre *x* e *y* é uma relação necessária.

⁶ Cf. Chalmers, D. 1996.

⁷ Cf. Goff, P. 2010

2. Se é possível que x exista sem y, então x é diferente de y.
3. É possível que x exista sem y.
4. Logo, x é diferente de y.

A primeira premissa do argumento é o princípio da identidade necessária que se opõe explicitamente ao materialismo da tese de identidade contingente apresentada pelos defensores da tese da identidade psicofísica. O princípio, quando formulado a partir do aparato da designação rígida e da noção de identidade *a posteriori*, nos permite falar sobre objetos concretos. Esses objetos são pensados tendo em vista a doutrina do essencialismo, que estabelece que tais objetos, quando existentes, existem de modo a possuir propriedades essenciais e acidentais, sendo a identidade uma propriedade essencial de todo objeto (abstrato ou concreto).

A segunda e a terceira premissa evocam as noções de possibilidade e existência de modo que “é possível que A exista sem que B exista” e/ou “é possível que B exista sem que A exista”, logo “A é diferente de B”. Sendo A: o corpo, propriedades corpóreas (tipos) ou eventos corporais específicos (espécimes); e B: a mente, as propriedades mentais (tipos) ou eventos mentais específicos (espécimes). São pressupostos da segunda premissa as noções de imaginação e concepção, pois é a partir da relação entre imaginação, concepção e possibilidade que chegamos a conclusão de que é impossível a identidade psicofísica.

O raciocínio geral que leva a afirmação de possibilidade de A existir sem B é:

1. É imaginável que o corpo de uma pessoa possa existir sem a mente dela.
2. É concebível que o corpo de uma pessoa possa existir sem a mente dela.
3. É possível que o corpo de uma pessoa exista sem a mente dela.
4. O corpo é uma entidade diferente da mente.

No mundo atual observamos casos em que o corpo existe sem a mente: os cadáveres são corpos sem mente. Mas podemos pensar para além do mundo atual na possibilidade de existência de corpos funcionais que existam sem mentes. Ou seja, podemos pensar na possibilidade lógica da existência de zumbis em algum mundo possível a partir dos seguintes raciocínio:

1. $I\phi \rightarrow C\phi \rightarrow \Diamond\phi$, sendo ϕ uma proposição que é imaginável ($\Diamond I\phi$) e, conseqüente, concebível ($\Diamond C\phi$) e possível ($\Diamond I\phi \rightarrow \Diamond\phi$, $\Diamond C\phi \rightarrow \Diamond\phi$, $\Diamond\phi \rightarrow$

$\diamond\varphi$), de acordo com as leis de Descartes - Vasiliev e de Hume. Desse modo, se zumbis forem imagináveis ou concebíveis, então eles são logicamente possíveis;

2. $I\varphi \rightarrow \diamond\varphi$: zumbis são imagináveis, logo são logicamente possíveis;
3. $C\varphi \rightarrow \diamond\varphi$: zumbis são concebíveis, logo são logicamente possíveis.

O mesmo raciocínio vale para os fantasmas:

4. $I\varphi \rightarrow \diamond\varphi$: fantasmas são imagináveis, logo são logicamente possíveis;
5. $C\varphi \rightarrow \diamond\varphi$: fantasmas são concebíveis, logo são logicamente possíveis.

Tendo em vista a possibilidade lógica de desincorporação (fantasmas) e de zumbis, podemos pensar o argumento antimaterialista de Kripke em quatro versões. As versões são estabelecidas de acordo com o alvo (*token-identities or type-identities theories*) e de acordo com o método de argumentação (a partir da possibilidade de “desincorporação” ou da possibilidade de zumbis).

As quatro versões do argumento de Kripke podem ser esquematizadas a partir das seguintes proposições:

- φ_1 : Existe a sensação de dor em um instante t' sem que ocorra o estímulo de fibras-C em t' .
- φ_2 : Existe o estímulo de fibras-C em um instante t' sem que ocorra a sensação de dor em t' .
- φ_3 : Existe a sensação de dor sem o estímulo de fibras-C.
- φ_4 : Existe o estímulo de fibras-C sem a sensação de dor.

Kripke defende que se φ_1 ou φ_2 forem proposições verdadeiras, então é impossível a identidade espécime - espécime entre a dor e o estímulo de fibras-C em t' . Para Kripke, a sensação de dor é uma propriedade essencial da dor e as sensações não são redutíveis a fenômenos físicos. No entanto, um defensor da identidade espécime-espécime poderia argumentar que ser estímulo de fibras-C também é propriedade essencial de um determinado exemplar de dor. De fato, o estímulo de fibras-C não parece ser essencial para a dor enquanto tipo, mas como poderíamos justificar que não é essencial para um exemplar de dor em t' ? As dificuldades impostas a uma tal justificativa fazem com que os argumentos de Kripke

contra a identidade espécime-espécime entre dor e estímulo de fibras-C sejam inconclusivos (Chalmers, p.132).

Além disso, o argumento da desincorporação a partir de φ_3 não é um argumento conclusivo contra o materialismo (Chalmers, p.132). A possibilidade de desincorporação refuta a tese da identidade tipo-tipo entre dor e estímulo de fibras-C defendida por Place e Smart. No entanto, o materialismo não depende dessa tese. O materialismo está comprometido com a ideia de que os estados mentais são estados físicos em todos os mundos possíveis e essa ideia é compatível com a ideia de que alguns estados mentais possam existir fora de um corpo. A possibilidade de desincorporação de um estado mental significa a possibilidade de um certo dualismo em relação a biologia, mas esse dualismo não impede que os estados mentais, como a sensação de dor, sejam fisicamente constituídos fora de um corpo. Ou seja, se φ_3 é uma proposição verdadeira, então o materialismo da identidade entre estados mentais e físicos é impossível, no entanto, outras formulações de materialismo são possíveis.

Por fim, se φ_4 é uma proposição verdadeira, então a identidade tipo-tipo entre dor e estímulo de fibras-C é impossível e o materialismo formulado enquanto identidade psicofísica é novamente refutado. O argumento a partir de φ_4 , isto é, da possibilidade de instanciação de estados físicos sem os estados fenomênicos frequentemente associados, ameaça amplamente o materialismo. Se é de fato possível a instanciação dos estados físicos relacionados à dor sem que ocorra a dor, então é o caso de que dos estados físicos não seguem necessariamente os estados fenomênicos. Ou seja, como ilustra Kripke, se Deus criou as coisas físicas associadas ao fenômeno da dor, por exemplo, as fibras-C, então ele precisou fazer algo mais para que os estímulos de fibras-C fossem sentidos como dor. Pois, o estímulo das fibras-C não está necessariamente relacionado à sensação de dor, do estímulo de fibras-C não se segue necessariamente a sensação de dor. Desse modo, o estado fenomênico da sensação de dor não é uma consequência lógica imediata do estímulo de fibras-C ou de qualquer outro estado físico associado à dor. Isso é suficiente para estabelecer que o materialismo é falso (Chalmers, p.133).

O argumento da possibilidade lógica de estados físicos sem estados fenomênicos é a versão fortemente antimaterialista do argumento, pois atinge o

materialismo de modo geral, não se restringindo a tese identitativa da relação mente-corpo. Desse modo, a força antimaterialista do argumento de Kripke não está em concluir a impossibilidade da identidade psicofísica. Mas sim, em afirmar a possibilidade, em outros mundos possíveis, de desassociação dos estados físicos associados a estados fenomênicos no mundo atual.

O argumento anti-materialista de Kripke é essencialmente um argumento que utiliza a noção de possibilidade lógica contra o materialismo. Nas versões a partir de φ_1 e φ_2 ele é inconclusivo, a partir de φ_3 ele é conclusivo contra o materialismo da teoria identitativa e, a partir de φ_4 , ele é amplamente conclusivo contra o materialismo:

	desincorporação	zumbis
<i>token-identity</i>	1. $C\varphi_1$ 2. $\diamond\varphi_1$ (inconclusivo)	1. $C\varphi_2$ 2. $\diamond\varphi_2$ (inconclusivo)
<i>type-identity</i>	1. $C\varphi_3$ 2. $\diamond\varphi_3$ (conclusivo contra o materialismo da tese identitativa)	1. $C\varphi_4$ 2. $\diamond\varphi_4$ (amplamente conclusivo contra o materialismo)

3.4. A possibilidade lógica de objetos fictícios e a falha da superveniência lógica

Chalmers (1996) observou que a versão mais conclusiva do argumento antimaterialista de Kripke é a que afirma a possibilidade do estímulo de fibras-C sem que ocorra sensação de dor ($\diamond\varphi_4$):

1. $(x = y) \rightarrow \Box(x = y)$
2. $\diamond\varphi_4 \rightarrow \neg\Box(x = y)$

3. $\diamond\phi_4$
4. $\neg\square(x = y)$

Essa é a versão do argumento de Kripke que ataca a ideia essencial de qualquer formulação do materialismo: a ideia de que os estados mentais são estados físicos em todos os mundos possíveis. A força antimaterialista dessa versão do argumento não se encontra na afirmação da impossibilidade da identidade psicofísica; mas sim na afirmação da possibilidade lógica de instanciação de estados físicos sem os estados fenomenais correspondentes no mundo atual - o que é essencialmente um argumento sobre a possibilidade de zumbis. Desse modo, o argumento de Kripke se configura como um argumento antimaterialista que utiliza a noção de possibilidade lógica.

O uso da possibilidade lógica contra o materialismo se configura como uma estratégia fundamental do antimaterialismo na filosofia da mente. Esse modo de proceder pode ser observado, como indicado por Chalmers (Cf. 1996) em várias versões, em filósofos como Kirk, Campbell, Nagel, Robinson, dentre outros.

No argumento dos Zumbis, de David Chalmers (1996), essa estratégia também é aplicada, de modo explícito. Ele defende a possibilidade lógica de um mundo idêntico ao nosso em suas propriedades físicas, mas no qual os fatos positivos sobre a consciência são distintos dos que conhecemos. De modo que, em nosso mundo há consciência, mas os fatos físicos do nosso mundo não são necessariamente determinantes para que a consciência exista. Ou seja, há no mundo fatos não físicos, que não seguem logicamente os fatos físicos, e o materialismo é falso.

Chalmers procedeu do mesmo modo que Kripke, argumentando a partir da interação entre concepção e possibilidade, mas formulou seu argumento explicitamente como um argumento sobre a possibilidade de zumbis existirem (Z):

1. $C(Z)$
2. $C(Z) \rightarrow \diamond(Z)$
3. $\diamond(Z)$

Tanto Kripke quanto Chalmers, ao defenderem a possibilidade lógica de zumbis estão sujeitos a seguinte objeção: pode ser o caso de zumbis serem

concebíveis e não serem logicamente possíveis. Kripke interpreta essas situações como casos de aparente concepção sem possibilidade. Ele explica essas situações como situações epistemicamente possíveis descritas de modo incorreto. Chalmers (1996) observa que, ao defender essa perspectiva, Kripke endossa um tratamento “fraco” da noção de necessidade *a posteriori*: em que, o espaço dos mundos concebíveis e possíveis é o mesmo, mas em que fatores *a posteriori* restringem a correta descrição deles. Um defensor da necessidade metafísica “forte” não defenderia essa tese, pois para ele o espaço dos mundos possíveis é um subconjunto próprio do espaço dos mundos concebíveis. Na perspectiva de uma necessidade metafísica “forte”, nós poderíamos corretamente descrever uma situação epistemicamente possível, que ainda assim seria metafisicamente impossível.

Chalmers (1996) observa que ao adotar a estratégia de responder a objeção a partir da ideia de uma descrição incorreta, Kripke implicitamente defende uma análise bidimensional. De fato, os exemplos de descrição incorreta adotados por Kripke podem ser vistos como casos em que um mundo é descrito a partir de intenções primárias ao invés de intenções secundárias.

Ao defenderem a possibilidade lógica de zumbis, Kripke e Chalmers defendem, indiretamente no caso de Kripke e explicitamente no caso de Chalmers, a falha da relação de superveniência lógica entre propriedades físicas e propriedades fenomenais.

Segundo Chalmers (1996), a intuição por trás da noção de superveniência é a de que um conjunto de fatos pode determinar completamente um outro conjunto de fatos. De um modo geral, a superveniência é uma relação entre dois conjuntos de propriedades: propriedades-B e propriedades-A. Sendo que as propriedades-A são as propriedades de um nível mais fundamental e determinam, de algum modo, as propriedades-B de um nível mais elevado de análise. Por exemplo, a relação entre propriedades biológicas e propriedades físicas é de superveniência na medida em que dois estados físicos idênticos sempre produzem estados biológicos também idênticos entre si.

A superveniência entre propriedades-B e propriedades-A é local quando indivíduos que instanciam propriedades-A sempre instanciarem as mesmas

propriedades-B. Mas se ampliarmos a questão da superveniência para o nível dos mundos logicamente possíveis, então podemos falar em superveniência global quando: a totalidade dos fatos-A de um mundo possível determinarem os fatos-B de um modo que não seja possível que dois mundos idênticos em relação às suas propriedades-A tenham propriedades-B diferentes.

Por argumento da superveniência significamos formas de raciocínio que de modo direto ou indireto alegam a possibilidade lógica da existência de propriedades fenomenais não determinadas por propriedades físicas. O que significa alegar que a relação entre o mental e o físico não é a de uma superveniência lógica. A questão central desse modo de proceder pode ser posta da seguinte forma: se todos os fatos do mundo forem fatos físicos, como defendem os físicos, então todas as propriedades “mentais” são na verdade, em nível mais fundamental, logicamente determinadas por uma estrutura física. Ou seja, todos os estados “mentais” logicamente possíveis são determinados pela estrutura física do mundo, são estados logicamente supervenientes de uma estrutura física fundamental. Mas, se de algum modo, alguns estados mentais forem possíveis numa relação não determinística com as propriedades físicas fundamentais, então algo não-físico parece compor os fatos do mundo, o que sugere que algum tipo de dualismo ainda é possível.

Ao afirmar a possibilidade lógica de estímulo de fibras-C sem que ocorra o fenômeno consciente da sensação de dor, Kripke defende uma perspectiva na qual a sensação de dor é um fato real, que não é físico e nem fisicamente determinado. E é, nesse sentido, que podemos dizer que o argumento antimaterialista de Kripke é, também, um argumento sobre a falha da superveniência lógica na relação mente-corpo.

Kripke e Chalmers ao afirmarem a possibilidade lógica de zumbis estão indicando a impossibilidade (real ou aparente) de redução dos fenômenos da consciência à fenômenos físicos. A relação da consciência com o mundo físico é uma questão que impõe desafios para um modo físico de pensar, na medida em que a experiência consciente resiste a redução materialista. Chalmers (1996) aponta como núcleo sólido dos argumentos antimaterialistas a constatação de que muitos estados mentais podem ser reduzidos a estados físicos, mas a consciência resiste à

redução materialista. A possibilidade lógica de zumbis, se aceita, impossibilita a explicação da realidade fundamentada numa ontologia fisicista.

3.5. A possibilidade lógica de objetos fictícios e a concepção de um ente humano

Se aceitarmos a possibilidade lógica de fantasmas, a partir do argumento antimaterialista de Kripke, e a possibilidade lógica de zumbis, a partir dos argumentos de Kripke e Chalmers, podemos afirmar que o ente humano é um ente psicofísico. Ou seja, o objeto que chamamos de humano possui propriedades físicas e não físicas, e é inconcebível um ente humano puramente físico ou puramente não físico. Humanos são entes naturais psicofísicos.

Ao afirmar a impossibilidade da identidade psicofísica, Kripke invalida a tentativa materialista de unificar a experiência humana a partir da identificação do corpo com a mente. Desse modo, mente e corpo não são uma só coisa, não são uma unidade. No entanto, mente e corpo compõem a unidade da coisa humana. A noção de essencialidade da origem nos possibilita pensar a unidade da experiência humana a partir de fatores *a posteriori*.

A essencialidade da origem é noção segundo a qual é inconcebível que um indivíduo humano tenha uma origem biológica diferente da que ele efetivamente teve. Essa perspectiva nos indica um direcionamento teórico a partir do qual noções como “mente” e “eu” não podem ser formuladas desconsiderando as restrições impostas pela necessidade *a posteriori* de humanos serem compostos duais de corpo e mente.

CONCLUSÃO

O argumento antimaterialista de Kripke é um argumento explicitamente direcionado ao materialismo da tese da identidade psicofísica, mas é indiretamente um argumento sobre a falha da superveniência lógica. Ao pensarmos na possibilidade lógica de objetos imaginários, observamos que o argumento de Kripke é inconclusivo em algumas versões, mas conclusivo contra a identidade psicofísica e contra a superveniência lógica.

Para nos aprofundarmos na questão da superveniência lógica podemos investigar aproximações possíveis entre as perspectivas antimaterialistas de Kripke (2012) e Chalmers (1996). Esses dois autores procedem de modo análogo ao partirem da concepção para a possibilidade lógicas. Eles apresentam argumentos análogos, mas a partir de dispositivos teóricos distintos. Um estudo que empregue as ferramentas teóricas dos dois autores pode ajudar no esclarecimento de noções como “mente”, “eu”, sensações e, para além disso, pode ser um estudo que nos ajude a decifrar o que são as experiências conscientes.

REFERÊNCIAS

- ARMSTRONG, D. M.; ANSTEY, P. **A Materialist Theory of the Mind**. 1.ed. London: Routledge, 2022.
- BRANQUINHO, J. *Contra o Materialismo*. 2003
- CHALMERS, D. J. **The Conscious Mind: In Search of a Fundamental Theory**. 1.ed. New York and Oxford: Oxford University Press, 1996.
- COSTA-LEITE, A. Logical properties of imagination. **Abstracta**, v. 6, n. 1, 2010.
- DESCARTES, R. **Meditações Sobre Filosofia Primeira**. Tradução: Fausto Castilho. 1.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- DAVIDSON, D. Mental Events. In: Block, Ned (Org.). **Readings in Philosophy of Psychology**. v.1. Cambridge: Harvard University Press, 1980, p.107 - 119.
- FEIGL, H. The 'mental' and the 'physical'. **Minnesota studies in the philosophy of science**, v. 2, n. 2, p. 370-497, 1958.
- GOFF, P. Ghosts and sparse properties: why physicalists have more to fear from ghosts than zombies. **Philosophy and Phenomenological Research**, v.81, n.1, p. 119-139, 2010.
- HUME, D.. **Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral**. Tradução: José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- KIRK, R. "Zombies". In: Edward N. Zalta; Uri Nodelman (eds.). **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Fall 2023 Edition. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/entries/zombies/>>. Acesso em: 11 de dezembro de 2023.
- KRIPKE, S. A. Identity and Necessity. In: **Philosophical troubles: collected papers**, v.1. New York: Oxford University Press, p. 1–26, 2011.
- KRIPKE, S. A. **O nomear e a necessidade**. Tradução: Ricardo Santos e Teresa Filipe. 1.ed. Lisboa: Gradiva. 2012.
- LaPORTE, J. "Rigid Designators". In: Edward N. Zalta & Uri Nodelman (eds.). **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Winter 2022 Edition. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/win2022/entries/rigid-designators/>>. Acesso em: 11 de dezembro de 2023.
- LECLERC, A. **Uma introdução à filosofia da mente**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.
- NOONAN, H.; Curtis, B. "Identity". In: Edward N. Zalta & Uri Nodelman (eds.). **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Fall 2022 Edition. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2022/entries/identity/>>. Acesso em: 11 de dezembro de 2023.
- PLACE, U.T. Token-versus type-identity physicalism. **Anthropology and Philosophy**, v. 3, n. 2, 1999.

SMART,J.; JAMIESON, C. Sensations and brain processes. **The Philosophical Review**, v. 68, n.2, 1959. p. 141-156.